

A Bíblia e o nosso comportamento

Reflexões sobre os Dez Mandamentos

Erhard S. Gerstenberger

1. Esperamos, com razão, que a Palavra de Deus, manifesta nas Sagradas Escrituras, nos oriente nas nossas decisões diárias. Essa expectativa inclui a dimensão individual e comunitária. Mas como Deus vai realizar, dia a dia, este acompanhamento? É bem claro que a Bíblia não contém um plano de ação para pessoas ou entidades determinadas. Não se prevêem na Bíblia quaisquer detalhes da nossa vida atual. Nem se lê nela qualquer indicação quanto ao problema mais urgente que a Faculdade de Teologia tem que resolver no presente semestre. As nossas vidas se desenrolam, mais ou menos pacificamente, através de decisões conscientes e inconscientes que nós temos que arriscar. Qual é o papel da palavra escrita dentro dos processos decisórios que levam a nossas atuações concretas? A Bíblia tem a chance de interferir em nossos desejos e planejamentos? Como? Nós temos acesso à mensagem histórica da Bíblia? Como?

2. Eis algumas colocações que eu gostaria de fazer para servirem de estímulo à nossa discussão.

2.1 - Cada mandamento concreto tem o seu próprio lugar e situação. Deus não deu, nem jamais dá, decretos específicos – e somente eles podem orientar diretamente as nossas decisões – de maneira esquemática, de modo que eles possam servir de padrões durante séculos e milênios. Deus disse, conforme as Escrituras, muitas coisas para muitas pessoas ao longo da história de Israel e da existência da comunidade cristã primitiva. Mandou Abrão e Jacó saírem da pátria, e os israelitas sob Moisés deixarem o Egito e, na época do exílio, mandou que voltassem à Palestina; ordenou a juízes, reis, líderes, profetas que matassem os inimigos e prescreveu, através de Jesus, que amássemos inclusive aqueles que nos odeiam; admitiu, no início da história de Israel, cultos e sacrifícios em muitos lugares do território israelita para, de repente, concentrar toda a adoração lícita num único lugar, Jerusalém; e, mais tarde, substituiu o culto sacrificial pelo culto de Palavra e Meditação,

Canção e Pregação. Deus, neste imenso espaço de tempo que nós estamos considerando, uma vez favorecia o povo pequeno, fraco, desamparado de Israel. De repente, a partir do império de Davi, Ele exigiu um expansionismo inédito do seu povo, incluindo todas as nações vizinhas, com as suas diferentes religiões, no domínio dele. Depois de séculos de fracasso, Deus se voltaria de novo para os perseguidos e sofridos para formar uma comunidade exclusivamente espiritual dos judeus e, mais tarde, dos cristãos. E a maneira de encarar essa vida temporal era bem diferente nas diversas épocas da história bíblica. No início, Deus deixou os seus fiéis aproveitarem plenamente todas as riquezas da terra e as capacidades humanas. A felicidade do homem consistia do gozo integral de todas as dádivas do Senhor. Mais tarde, não se esperava mais a vida plena destes tempos terrestres; a esperança se dirigiu para um além ainda desconhecido e escondido.

2.2 – Tudo isso, e muitas outras observações dentro da Bíblia, nos leva à conclusão de que o comportamento humano, exigido pela fé em Deus, nunca era igual e esquematizado. Sempre houve variações e até contradições nas prescrições divinas. A conseqüência é inevitável: Lendo a respeito de tantas e diversas atuações dos homens de fé na Bíblia, nós hoje em dia não devemos simplesmente copiar uma ou outra testemunha.

Seria uma arbitrariedade e irresponsabilidade frente a Deus e ao próximo, se repetíssemos literalmente qualquer um dos atos de obediência descritos na Bíblia, sem considerarmos as necessidades do momento e a orientação atual do Espírito Santo. Imitação cega de mandamentos antigos pode se transformar facilmente em desobediência flagrante e em autoglorificação do próprio homem.

2.3 – E aqueles mandamentos que parecem ser menos específicos, porém mais gerais e abrangentes? Não há dúvida nenhuma que existiram, na época bíblica, regras mais básicas de comportamento. "Não matarás" certamente ultrapassa uma prescrição meramente momentânea. "Amarás o teu próximo" certamente é um mandamento dirigido não só a um único homem, portador de um determinado nome e preso a uma situação bem particular. Esses mandamentos de porte maior serviram a muitas gerações e, até hoje, revelam a sua atualidade e força. Mas temos que reconhecer duas dificuldades. Uma vez, tais mandamentos gerais não ordenam precisamente o comportamento diário do homem. Deixam abertas muitas perguntas, a serem resolvidas antes de se tomar decisões: Quem é, na minha situação atual, o meu próximo, a quem devo amar e a quem não posso assassinar? Estes mandamentos dão, isto sim,

uma certa orientação geral, mas não determinam, de jeito nenhum, cada atuação concreta do fiel. Por isso, e aqui vem a segunda observação importante, os mandamentos gerais da Bíblia sempre foram interpretados de maneira bem diferente, conforme a época. Podemos reconhecer os sentidos originais, digamos dos dez mandamentos, na época pré-exílica. No decorrer do tempo, contudo, a interpretação dessas regras básicas mudou bastante. E não apenas mudou a interpretação, criaram-se, sempre de novo, coleções e listas de regras básicas que, num ou noutro período ou situação, serviram como guia principal. Assim, nós temos, somente nos escritos veterotestamentários, uma variedade de "decálogos" ou regras constitucionais de comportamento, a saber: Ex 34,17-26; Lv 19,2-18.26-36; Dt 27,15-26; Ez 18,5-9; Prv 22,22-24,22 etc. Deveríamos acrescentar ainda as listas de admoestações contidas nas cartas do Novo Testamento (regimentos internos, tábuas de virtudes e vícios, etc., cf. Rm 12,9-21; Gl 5,16-26; Ef 5,22-6,9 etc).

2.4 – O que fazemos agora diante dessa variedade de mandamentos e regras de diversos tipos? Uma coisa deveria estar clara: Não é legítimo simplesmente escolher, ao bel prazer uma afirmação política predileta para fundamentar as nossas decisões éticas. Se procedêssemos assim, poderíamos legitimar, provavelmente, todos os nossos egoísmos e preconceitos. Não é de estranhar que, na África do Sul, os defensores da separação das raças frequentemente se referem a algumas prescrições do Antigo Testamento. Se nós realmente queremos entender e obedecer a vontade de Deus hoje, nós temos que estudar cuidadosamente ambos os lados da moeda: Os textos bíblicos, enraizados nas suas próprias condições culturais e religiosas, e, igualmente importante, a nossa própria situação de hoje, aplicando todos os conhecimentos modernos a nossa disposição. Estes empenhos científicos devem se juntar com meditação e oração pelo Espírito de Cristo, para que nos oriente, com diálogo e vivência entre os irmãos na fé, bem como entre os homens em geral. Só no todo dessas tentativas, a meu ver, pode-se reconhecer o caminho certo para o indivíduo e a comunidade. Sei muito bem que estamos longe de uma concretização de tal programa ambicioso de buscar decisões certas e cristãs para hoje. Mas vale a pena fazer esforços nesta direção. Vocês provavelmente entenderam que a minha proposta inclui, num lugar de destaque, aquela pesquisa histórico-crítica tão contestada na nossa Faculdade. Sim, a meu ver, nós temos pouquíssimas chances de cumprir os nossos deveres como cristãos, deixando de lado essa investigação histórico-crítica. Poderia até dizer: Para mim é uma traição à palavra

da Bíblia negarmo-nos a esta tarefa de pesquisar, comparar, aplicar, decidir, sob orientação do Espírito de Cristo, esses dois pólos da nossa realidade, o tempo presente e o testemunho de fé da Bíblia.

3. Para mostrar um pouco os possíveis curto-circuitos, os desvios e as aberrações que continuamente acontecem no abuso ingênuo da Bíblia, gostaria de apresentar, em rápidos traços, alguns exemplos. — 1. Muitas vezes se lê, em panfletos cristãos e pseudo-cristãos, que a vontade eterna de Deus para com a mulher é que ela fique no lar para cuidar das crianças. Encontramos, nesta opinião, um reflexo de uma ordem patriarcal da época bíblica. Mas, fazer desta ordem antiga uma regra básica para os nossos dias, significa um desrespeito total à vontade atual de Deus. Pois se Deus realmente quer o desenvolvimento humano de todos os homens, e eu não tenho dúvidas de que é justamente isto que Ele quer, seria uma grande injustiça excluir, de princípio, metade da humanidade do desenvolvimento mental e cultural, considerado um direito para a outra metade da população. — 2. A proibição do AT de ingerir o sangue de um animal, cega e literalmente aplicada à nossa situação, já causou sofrimento e morte de muitas crianças, filhos de adeptos fanáticos das "Testemunhas de Jeová", que simplesmente negaram aos médicos o direito de fazerem transfusões de sangue, necessárias para salvar os pacientes. — 3. Será que o mandamento de Gn 1,28: "Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a..." ainda vale da mesma forma como na época, em que a humanidade contava com talvez 20 milhões de pessoas? — 4. Muitas vezes foram usadas, e por isso abusadas, na era cristã, as exigências do Deuteronômio de eliminar e aniquilar as nações habitantes em Canaã, para justificar as diversas guerras santas dos cristãos contra os seus adversários. — 5. Finalmente, quero citar um trechinho de um artigo escrito por Dom Albino Luciani, o homem simpático e sorridente que se tornou o Papa João Paulo I. Ele atacou, em fevereiro de 1978, aqueles cristãos que consideraram necessária uma revolução social em prol dos famintos e desprivilegiados desta terra. Dom Albino advertiu os leitores do "Observatore Romano" com as palavras: "Experimentai responder (isto é: aos cristãos-marxistas-revolucionários) que no Egito o libertador não foi o povo em revolução, mas sim o próprio Deus; que Deus não libertou os hebreus para fins sócio-políticos, mas religiosos, educando-os no deserto para o verdadeiro culto; experimentai dizer que Oscar Cullmann, erudito protestante, demonstrou cientificamente que Jesus jamais pensou em revolução ou política de Partido. ... A Bíblia é assim explicada (isto é: pelos marxistas) não segundo a mentalidade de quem a escreveu, mas sim do leitor de hoje. E hoje a cultura

tem esse nome, esse carimbo: Marx-Lênin.” (Jornal do Brasil 27.8.78). Certamente Dom Albino tinha razão: Não é permissível “submeter a Bíblia ao marxismo”. Mas será que os cristãos não têm uma responsabilidade ativa de transformar a sociedade em direção a uma forma tolerável que promova a dignidade dos homens, ao invés de concentrar as riquezas nas mãos de trinta por cento da população mundial, deixando os setenta por cento restantes morrer de fome? Temos que transferir para a nossa época aqueles conceitos de salvação passiva, que nem são os únicos conceitos da Bíblia a respeito? Quais os interesses modernos que regem a opção de Dom Albino pela passividade e pelas reformas lentas, quando ele aponta para interesses modernos atrás da interpretação marxista da Bíblia? Pois sabemos hoje, claramente, que nenhuma interpretação da Bíblia acontece sem o concurso de interesses e opções modernas, nem mesmo a interpretação literalíssima dos mais firmes adeptos da doutrina da inspiração. Ela também pressupõe uma opção moderna de ordem política, econômica, ideológica etc.

4. Vamos agora examinar o decálogo como exemplo mais conhecido da lei veterotestamentária, que não deixa de ser valorizado através de toda a história cristã. Como podemos entender e aplicar, hoje, esta coleção de mandamentos, tendo em vista o duplo aspecto de sua antiguidade e das necessidades bem diferentes de hoje?

4.1 – Convém fazer algumas observações históricas bem gerais. O decálogo de Ex 20 (bastante semelhante àquele de Dt 5) nem sempre teve posição central na lei mosaica, como sugere, p.ex., o catecismo de Lutero. Já no contexto do livro Êxodo, a posição do decálogo (muitas vezes chamado de “ético”) não é tão clara. O nosso texto, curiosamente, antecede à formalização do pacto. Somente em Ex 24 se narra este ato solene, a aliança entre Javé e o povo (v. 1-11), para depois anunciar de novo as tábuas da lei (v. 12). Mais ainda: A história de Ex 32 relata a quebra das primeiras tábuas (v. 19), e Ex 34, a renovação de pacto e mandamentos. Mas o texto de Ex 34,7-16 contém uma série de mandamentos completamente diferentes daqueles de Ex 20, apesar de haver uma certa correspondência entre as primeiras prescrições de ambas as listas. Então, desde o início, nós podemos constatar que o decálogo de Ex 20 não cabe bem no contexto da aliança sinaítica. A narrativa em torno das tábuas não corresponde bem à posição das listas de mandamentos; se tivéssemos que optar por um desses textos e declará-lo o documento sinaítico, seria o de Ex 34 e não aquele de Ex 20. Podemos concluir, portanto, que o nosso catálogo de prescrições

éticas provavelmente constitui uma inserção bem mais posterior no contexto da aliança sinaítica.

Um outro fato histórico: Excetuando-se Dt 5, Sl 50, Os 4,2 e Jr 7,9, quase não há referência ao decálogo de Ex 20 no Antigo Testamento. Dt 5 traz claramente uma repetição do texto, isto é, mostra uma valorização, fora do comum, dele. O mesmo escritor deuteronomista harmoniza bastante as incongruências do relato de Ex 19-34 a respeito das tábuas e mandamentos. Ele, logo depois da revelação verbal dos preceitos divinos (Dt 5,6-21), registra a confecção das duas tábuas da lei (V.22) e, relatando a quebra (9,17) e renovação (10,1-4) da primeira edição, assinala a identidade das palavras de Javé, omitindo, assim, aquele texto mais velho de Ex 34. Um outro detalhe que ele acrescenta: As segundas tábuas logo são colocadas numa arca de madeira (10,2-5). Isto tudo significa que o escritor deuteronomista, compilando o seu material mais ou menos 600 anos depois de Moisés, deu uma certa ênfase no texto ético do decálogo. Tal resultado combina bem com o fato, já indicado acima, de que todos os profetas pré-exílicos não se referem, nas suas acusações às perversões sociais de Israel, aos dez mandamentos. Os 4,2 e Jr 7,9 trazem apenas algumas poucas proibições relacionadas àquelas do decálogo, mas de jeito nenhum podem ser consideradas provas da existência, naquela época, da lista completa de preceitos que encontramos em Ex 20. E depois do ano 600, quer dizer, nos escritos exílicos e pós-exílicos, também não há referências claras quanto ao decálogo.

E, terceiro: no culto e na vida dos judeus, digamos entre 400 a.C. e 100 d.C., o decálogo ainda não tem um lugar de destaque. O mandamento da exclusividade de Javé, este sim, foi muito importante (cf. Dt 6,4-5: "Ouve, Israel, o Senhor nosso Deus é o único Senhor. Amarás, pois, o Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma, e de toda a tua força."). Além disso, as prescrições culturais e rituais chamaram a atenção dos judeus, e, certamente, a totalidade dos 600 e tantos preceitos divinos de categoria básica, contidos no pentateuco, foram considerados de igual valor. No NT se destacam, de certo modo, citações dos dez mandamentos, principalmente nos evangelhos. As assim chamadas "antíteses" de Jesus em relação à lei mosaica (Mt 5,21-48), não se referem exclusivamente ao decálogo, mas radicalizam algumas regras de relacionamento humano, escolhidas dos livros Êxodo, Levítico, Números, Deuterônomo. Não se pode falar, portanto, de uma posição central do decálogo de Ex 20 no NT. A situação permanece inalterada até o século 13 d.C. A partir de então o decálogo passa a ter grande importância, tornando-se peça fundamental nas confissões de pecado e nos ritos

penitenciais. Daí vem a alta consideração que Lutero tem pelo decálogo, como síntese especial da vontade de Deus.

4.2 – Dando, agora, uma olhada no texto, constatamos: O Decálogo de Ex 20 consiste de duas partes temáticas. Descrevem-se, na primeira que é a mais longa (v.2-11), os deveres do homem diante de Deus e, na segunda (v.12-17), a mais curta, as obrigações sociais para com o próximo. Nesta divisão, bem como na unidade das partes do decálogo atual, se reflete uma característica muito interessante da religião de Israel. Jesus pôde com razão, somar toda a lei sob esses aspectos de “amor a Deus e ao próximo” (cf. Mt 22,34-40; também Mt 7,12). Apesar da unificação desses aspectos no Decálogo, uma profunda análise pode comprovar que, historicamente, as duas partes literárias do Decálogo eram uma vez independentes. Elas cresceram em contextos sociais diferentes e só foram juntadas para satisfazer uma certa necessidade da comunidade religiosa que era também responsável pelo comportamento civil, como podemos constatar na época do exílio.

Observemos, primeiro, aquele segundo bloco de mandamentos, de cunho social. Parecem ter um significado universal. “Não matarás. Não adularás. Não furtarás...” São estas as condições fundamentais para qualquer convivência humana. Mais ainda. Alguns biólogos insistem, com razão, que regras semelhantes estão sendo observadas, instintivamente, por todos os animais que praticam um ou outro tipo de convivência social. Também os bichos entre si, provavelmente muito melhor do que o homem, sabem como cuidar da sobrevivência da sua espécie. Não matam, via de regra, os seus semelhantes, nem interferem demasiadamente na vida deles.

Mas como é que tais regras universais de comportamento social se podem manifestar em determinadas situações e estruturas concretas? É possível manter inalterados, através de séculos e séculos, uma só forma e um só conteúdo dos mandamentos divinos? Começa aqui mesmo o problema de entendimento e da interpretação das normas bíblicas. Um olhar mais de perto nas regras sociais do decálogo mostra que elas não eram formulações eternas e imutáveis. Todas elas, isto sim, revelam o espírito comum entre os seres vivos de preservar o grupo social, a comunhão daqueles que têm que conviver diariamente, seja numa família, num clã, numa aldeia. Mas é bem certo que, na formulação original desses mandamentos sociais, o horizonte não se ampliava nem para o povo israelita todo, nem para os povos vizinhos. Estas regras básicas de convivência são, na sua forma mais antiga e original, os preceitos naturais de proteção a ser alcançada para o círculo íntimo do grupo primário. A evidência é bem clara, a meu ver. Esses mandamentos

tratam do comportamento diante do próximo, em hebraico: *re'a* (vs. 16 e 17). Este termo expressa, nos textos jurídicos, referência a laços sociais bem íntimos; a meu ver, significa: "Membro de um grupo de moradores". Os preceitos pressupõem e visam a pequena propriedade particular, a *casa* ou o *sítio*, incluindo mulher, servo, serva, boi, jumento, etc. (v. 17). Eles usam o estilo bem familiar da educação dos filhos: "Tu não podes fazer tal e tal coisa". Apesar da forma rígida do imperfeito, negado por *lo'*, eu considero este estilo a linguagem normal da educação caseira de crianças. Não é uma expressão nitidamente divina, como pressupõem muitos exegetas. Os nossos mandamentos, dirigem-se, exclusivamente, aos membros masculinos do grupo familiar e comunitário, pois sobre eles estão depositadas todas, ou quase todas as responsabilidades da casa, e são eles os responsáveis pelas relações com outras entidades da comunidade. Tudo isso comprova mais uma vez o caráter íntimo e pessoal das prescrições sociais do decálogo.

Nossa compreensão dos dez mandamentos, — penso aqui, precisamente nos seis mandamentos sociais dentro do decálogo — deveria, inicialmente, tomar em conta este pano de fundo, essa origem dos preceitos divinos no âmbito da família, do pequeno grupo, para, depois, observar seu uso e sua interpretação no decorrer da história até os nossos dias. Evidentemente não podemos fazer isto por falta de espaço. Mas podemos fazer algumas observações quanto a um ou outro mandamento.

4.3 — O sexto mandamento, conforme a numeração hebraica que não é idêntica à luterana, diz: "Não matarás". O que significava tal proibição no estágio original? Pressupondo ainda grupos semi-nômades de Israel, ou grupos recentemente enraizados na terra cultivável de Canaã, nós podemos imaginar os fortes laços sanguíneos bem como a disciplina familiar para garantir a sobrevivência num ambiente semi-árido e pobre. Os conflitos em torno da posse dos poucos poços bons sempre eram um desafio para tais grupos (cf. Gn 26,17-22). Neste contexto, p.ex., o mandamento "não matarás" tem a função bem específica de impedir o assassinato de um membro do próprio clã ou grupo familiar, nada mais. O mandamento, neste primeiro estágio, não incluiu criminosos de qualquer espécie que cometeram algum crime, merecendo pena de morte, nem inimigos, nem mesmo, de certo modo, o escravo doméstico que era propriedade do seu senhor (Ex 21,20s). Com a integração dos grupos primários numa entidade nacional e étnica, o sentido do mandamento mudou. Agora todos os membros dessa organização maior, podiam usar a proteção desse mandamento. Jesus, através de uma interpretação radicalmente supra-nacional,

derrubando os limites sociológicos do próprio grupo e incluindo até o inimigo na providência dos mandamentos (cf. Lc 10,23s. Ef 2,13ss), conseguiu olhar além da barreira natural do próprio grupo.

E agora, como entendemos a proibição de matar, hoje em dia? Parece lógico que não podemos voltar para o estágio primitivo do clã. A humanidade hoje, mais do que nunca, é uma entidade coerente, sofrendo, a longo prazo, o mesmo destino. Por isso o "universalismo" de Jesus é muito atual e imprescindível como ponto de partida. Nenhum "outro" deve ser assassinado a sangue frio. Talvez seria muito oportuno ampliar ainda mais o horizonte de proteção, oferecido pelo mandamento, e incluir, pelo menos em certo grau, as outras criaturas do mundo como rios, mares, montanhas, florestas. Quem sabe o mandamento hoje quer, pelo menos, restringir também a agressividade contra a natureza e contra todas as espécies de animais. O AT dá alguns sinais nesta direção quando protege explicitamente um pássaro cujos filhotes podem ser caçados e comidos (Dt 22,6s). A nossa situação exige, por causa do amor de Deus, uma ampliação do mandamento para evitar uma catástrofe iminente. — Outra maneira de refletir sobre o mandamento e interpretá-lo, hoje, seria a de analisar criticamente os meios e métodos usados para assassinar friamente um semelhante. O mandamento não diz absolutamente nada sobre isso. Mas podemos, facilmente, fornecer as informações que faltam. Caim matou a seu irmão Abel, por causa de ciúme religioso, no campo (Gn 4,8). Amasa foi, assassinado por Joabe da seguinte maneira: "Disse Joabe a Amasa: Vais bem, meu irmão? E, com a mão direita, lhe pegou a barba, para o beijar. Amasa não se importou com a espada que estava na mão de Joabe, de sorte que este o feriu com ela no abdômen... e morreu." (2 Sm 20,9s). Parece que, nestes textos e em muitos outros semelhantes, os escritores do AT somente pensam no assassinato pérfido, por força bruta. (Cf. também a frequência do verbo *raṣaḥ* nos textos que tratam do asilo para assassinos, p. ex. Nm 35).

Devemos, porém, refletir também sobre os métodos de assassinato em nossa época. Houve uma proliferação e uma sublimação de métodos criminosos de assassinato. Existem, hoje em dia, possibilidades silenciosas ou gritantes de eliminar pessoas; pode-se prejudicá-las tão gravemente que falecem ou se tornam mortos vivos. Adotando a fórmula de Lutero de que o nosso mandamento quer proibir qualquer dano vital ao semelhante, podemos definir a força bruta e as tentativas sofisticadas de ataque à vida, por meios econômicos, psicológicos, políticos, etc., como comportamento proibido. Se, porém, rejeitarmos a definição de Lutero, segundo a qual decálogo só se refere a atos isolados contra

a vida do outro, estaremos enfatizando o triste fato de que a sociedade, como uma entidade, é muito bem capaz de matar. Milhares de crianças morrendo de subnutrição são só um dos muitos exemplos que nos acusam.

Assim, o antigo mandamento bíblico ganha uma nova importância e dinâmica no nosso tempo. Respeitando todos os estágios de sua formação e interpretação e, ao mesmo tempo, ouvindo-o, intensivamente, em nossa situação, o "não matarás" transforma-se em um preceito divino muito atual que quer proteger a humanidade da autodestruição.

4.4 – Deveríamos analisar mandamento por mandamento quanto à sua origem e história traditiva, para descobrir as mudanças do seu significado até hoje. Não temos espaço nem tempo para isso. Bastam agora algumas poucas observações a respeito de mais um mandamento da segunda parte do decálogo. O quinto preceito diz: "Honra a teu pai e a tua mãe..." (Ex 20,12). Aqui estamos na fonte da ordem social que prevalece até os nossos dias. Se bem que a mãe está recebendo o respeito dos filhos, juntamente com o pai (vj. a inversão da seqüência em Lv 19,3), podemos assim mesmo denominar essa ordem de "patriarcal". O pai era o chefe da família. Como tal ele teve um poder extraordinário sobre as crianças, pôde vendê-las ou castigá-las à vontade (cf. Ex 21,7; Pv 19,18). Sociologicamente dito, tudo isso é bem compreensível dentro do quadro geral da vida antiga. Não houve muitas mudanças durante uma geração. Os padrões de trabalho e de pensamento permaneceram estáveis. Assim, o rapaz normalmente assumiu os moldes estabelecidos pelo pai. A imitação do pai era o máximo que se podia alcançar em termos de educação. Conseqüentemente um sistema que se orientava totalmente no pai, podia funcionar. Essa pressuposição da obediência total não mais existe, pelo menos não é encontrada na vida urbana. O pai trabalha fora, e as crianças não mais podem imaginar o que ele está fazendo na fábrica ou no escritório. Falta, então, a primeira condição de desenvolver uma atitude de respeito para com o empenho do pai. Em segundo lugar, o pai não é mais capaz de acompanhar e entender as crianças. Desde muito cedo, elas voltam da escola com conhecimentos e desafios inéditos ainda na geração anterior. Assim, tal incapacidade mútua de se entenderem leva, em última análise, à derrota do sistema absoluto de domínio paternal.

Os confirmados, com os quais eu tratava o quinto mandamento, eram incrédulos: "Honrar pai e mãe? Impossível!" Então, nós discutimos a situação deles. Argumentavam assim: "Apreciamos

muito, se os pais são bons camaradas. Eles têm as suas falhas e nós temos as nossas. É bom dialogar e resolver as coisas em conjunto. Mas colocar os pais num pedestal, é impossível!" E eles têm razão. O mandamento, na sua forma antiga, realmente é antiquado. O espírito de amor e de respeito mútuo deveria levar-nos a uma reinterpretação, à luz da nossa própria situação, favorecendo um relacionamento democrático dentro da família.

4.5 – O mesmo processo de avaliação e reinterpretação, ou seja: de transferência da mensagem de Deus para o nosso tempo, deve ser tentado no tocante à primeira parte do decálogo. Logo se evidencia que esta tem raízes bemdiferentes. O estilo é marcado pelo discurso divino, isto é, aparece alguma vezes o "EU" de Javé (vs. 2.3.5.6) para depois, curiosamente, dar lugar à terceira pessoa "Javé, teu Deus" (a partir de v.7). É marcado pelo teor da pregação deuteronomista (emocionalidade, enumerações, rigidez etc). Isto também se evidencia caso compararmos a terminologia teológica"; "misericórdia"; "mandamentos" etc.). Podemos concluir, portanto, que essa parte do decálogo se formou na pregação cultual; a literatura deuteronomista oferece muitos paralelos em termos de estilo e conteúdo.

A primeira parte do decálogo, tem, pois, a sua maior ênfase nos mandamentos que exigem a exclusividade da adoração, de Javé (vs. 3-7, cf. Dt 6,4s). Como podemos entender tais admoestações, considerando o pano de fundo histórico e cultural? Israel, enfrentando o pluralismo religioso do Oriente Médio Antigo, teve grandes dificuldades de manter o seu culto e confissão exclusivos a Javé. A tentação de adotar "deuses alheios" cresceu, quanto mais se aumentava a dependência dos poderes estrangeiros, como Assíria, Babilônia, Pérsia. A construção de um altar, conforme modelo assírio encontrado em Damasco, por Acáz, rei de Judá, é um exemplo claro da dependência política do povo de Deus (2 Rs 16,10-16). A luta dos profetas pré-exílicos contra as divindades cananéias provavelmente cabe no mesmo contexto.

Seria, portanto, uma ingenuidade, bastante acentuada, simplesmente repetir, hoje em dia, as admoestações contra os ídolos cananeus, contra Baal, Hadad, Moloque, Ishtar, Astarte etc. As épocas mudaram. A luta espiritual de crer e confiar num único Deus ainda está em pleno andamento. Pois é bem difícil, hoje como outrora, atribuir o bem e o mal a uma só fonte da existência. A nossa tendência normal é, sem dúvida, criar hierarquias do poder divino e distribuir as funções do governo espiritual, nitidamente, entre várias divindades. Há muitos, entre os estudantes de teologia, que não deixam de crer num diabo como adversário de Deus, e, às vezes,

constroem a sua própria teologia primeiro sobre a existência de Satã, dizendo: "Se não existe um diabo, também Deus não existe". Resumindo: É, de verdade, muito mais fácil usar padrões politeístas para explicar um mundo pluralista, do que crer num único Deus que criou terra e céus e governa no meio de um caos humano.

Um outro aspecto, porém, não deve ser esquecido na América Latina. Se as "divindades alheias", que constituíram tentações para o povo de Israel, provieram principalmente da dependência política e econômica, dá para perguntar quais as divindades implantadas na América-Latina pelos poderes colonialistas e imperialistas. Somente se nós podemos identificar, a partir das analogias do AT, as verdadeiras tentações e apostasias do nosso século, podemos dizer que entendemos o velho mandamento. De fato, a transferência da mensagem neste caso parece muito fácil. Além de todos os valores culturais, importados da Europa, que serviram para manter o domínio estrangeiro, reconhecemos principalmente as ideologias econômicas como responsáveis pela dependência do continente. As firmas estrangeiras cantam os seus próprios louvores ("Se é Bayer, é bom") e trazem uma pseudo-fé num progresso ilimitado, que está iludindo as classes dominantes deste continente. Eis os "deuses alheios", muito mais sofisticados do que os Baalim de Canaã. Tão sofisticados e sedutores, que até regem dentro das igrejas e através da comunidade cristã. O livro de Mirow sobre a ditadura dos cartéis, dá uma impressão de como eles regem e destroem o povo.

5. Restam, naturalmente, muitas perguntas, e eu espero que estas perguntas sejam tratados em nossa faculdade, sem medo e sem orgulho, com humildade e franqueza. Dessas perguntas mencionamos agora uma: Qual, afinal, a autoridade da Bíblia, do AT, dos dez mandamentos, no campo das decisões éticas? Embora tenhamos que fazer distinções entre as três entidades, podemos afirmar uma coisa em comum: Nenhuma parte da Escritura tem uma autoridade direta sobre as nossas decisões, como se fosse um programa predeterminado da nossa vida, por assim dizer, um computador que governaria as nossas decisões. Deus confia nos homens, evitando fixar-lhes de antemão os movimentos e desenvolvimentos de indivíduos e grupos. A Bíblia toda e suas partes tem uma autoridade imensa de testemunhas. Aprendemos nela, como os homens de fé se decidiram em situações concretas da vida. E estudando essas situações antigas bem como as nossa própria situação de hoje, nós podemos arriscar decisões éticas ao longo do nosso caminho para o Reino de Deus.